

RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.849 - SP (2019/0032079-4)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **MONTCALM MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A**
ADVOGADO : **EDEMIR MARQUES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP134371**
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**
INTERES. : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por MONTCALM MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A, em 10/05/2018, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"MEDIDA CAUTELAR INOMINADA. GARANTIA À SATISFAÇÃO DO CRÉDITO ATÉ AJUIZAMENTO EXECUÇÃO FISCAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1. Diante do instituto da antecipação da tutela, perdeu sentido a admissão da medida cautelar inominada que conferia ao juiz, nos termos da jurisprudência dominante, a possibilidade de conceder às partes a tutela aqui pretendida.

2. Com efeito, diante dos princípios que norteiam o moderno processo civil, não tem sentido a utilização de uma medida processual 'autônoma', com todas as implicações inerentes ao seu processamento, exclusivamente para a obtenção de um provimento que pode ser deferido em mero pedido destacado na própria ação de conhecimento.

3. A pretensão de antecipar os efeitos práticos da decisão a ser proferida na demanda de conhecimento não constitui, assim, uma medida instrumental, cautelar, a ser requerida em processo próprio. Pode e deve o requerimento ser formulado nos autos da ação 'principal'.

4. Sob tal prisma, qual seja, da completa desnecessidade da promoção de ação cautelar, tem-se por ausente uma das condições da ação, o interesse processual que aqui, conforme posicionamento pacífico da doutrina, há de se reportar sempre à utilidade e à necessidade da medida requerida.

5. Apelação do requerente desprovida" (fl. 283e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. REFORMA DO JULGADO. VIA INADEQUADA. PREQUESTIONAMENTO.

1. Os embargos de declaração têm por finalidade sanar obscuridade, contradição ou omissão no dispositivo da decisão, não sendo cabível a utilização do recurso para modificar o julgado.
2. Tendo o juiz encontrado motivação suficiente para embasar sua decisão, desnecessário se faz o pronunciamento sobre todas as questões arguidas pelas partes.
3. Os embargos declaratórios para fins de prequestionamento têm como pressuposto de admissibilidade demonstração da ocorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos do artigo 535, do Código de Processo Civil.
4. Embargos de declaração rejeitados" (fl. 306e).

Nas razões do Recurso Especial, aduz a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 1.022, I e II, 489 e 493, do CPC/2015, e 174 do CTN, nos seguintes termos:

"2. A Recorrente ajuizou ação cautelar prévia à execução fiscal em 19/12/2006 com o intuito antecipar garantia da satisfação de crédito tributário (Notificações NFLD's nos 35.331.170-7 e 35.331.171-5) até o ajuizamento de execução fiscal e, em consequência obter a expedição e renovação periódica de certidão de regularidade fiscal.

3. Face a sentença que julgou extinto o processo sem apreciação do mérito, a ora Recorrente manejou apelação que foi interposta em 13/08/2007 que, no entanto, em decisão proferida após 10 (dez) anos e com publicação em 16/08/2017, foi negada pela Colenda Quinta Turma do Tribunal Regional da 3ª Região, conforme acórdão assim ementado:

(...)

4. Em face do r. acórdão a ora Recorrente opôs tempestivos Embargos de Declaração com a expressa finalidade de prequestionamento de modo a ensejar o manejo do presente recurso especial, bem como para expurgar omissão de pontos sobre os quais deveria se pronunciar - da ocorrência da prescrição, sobre a qual deveria se manifestar de ofício, a teor dos artigos 493 do atual Código de Processo civil e 174 do Código Tributário Nacional, bem como foi adotada como seu único fundamento a redação dada ao artigo 273 do Código de Processo Civil revogado, deixando de pronunciar e considerar a superveniência do novo Código de Processo Civil editado em 2015.

5. Além desse aspecto, questionou-se através dos embargos de declaração o fato do acórdão não ter examinado explicitamente a questão relativa à jurisprudência pacífica quanto ao cabimento da medida cautelar prévia à execução fiscal para assegurar expedição de certificado de regularidade fiscal e, também não ter sido demonstrada a superação dessa pacífica jurisprudência, considerando

a interpretação jurisprudencial em casos análogos aos dos autos o que, em tese, poderia infirmar a conclusão do julgado.

6. Tais embargos foram rejeitados nos termos do relatório e voto do Relator, conforme ementa que se pede vênica para transcrever:

(...)

7. Data máxima vênica, não pode a Recorrente se conformar, pois, como restará demonstrado a seguir, importa em negativa de vigência ao artigo 1022, incisos I e II do atual CPC, contrariedade aos artigos 489 e 493 do mesmo atual CPC e ao artigo 174 do Código Tributário Nacional, bem como comportou dissídio jurisprudencial em face das reiteradas decisões deste Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

(...)

11.Com efeito, a oposição dos Declaratórios com o notório objetivo de prequestionamento de modo a ensejar o manejo do presente recurso excepcional, justifica-se em razão do acórdão não ter examinado explicitamente a questão relativa ao reconhecimento de ofício da prescrição, conforme determina artigo 493 do atual Código de Processo Civil e em face da aplicação do art. 174 do Código Tributário Nacional, pois o fisco deveria promover a correspondente ação para a cobrança do crédito tributário no prazo de cinco anos para evitar a prescrição.

(...)

15.Por outro lado, tendo sido adotado no v. acórdão como seu único fundamento a redação dada ao artigo 273 do Código de Processo Civil revogado, deixando de se pronunciar e considerar a superveniência do novo Código de Processo Civil editado em 2015, além de importar violação ao §1º do artigo 489 do atual Código de Processo Civil como adiante se demonstra, comportou dissídio jurisprudencial em face das reiteradas decisões deste Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

(...)

III -1. DA VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 493 DO CPC E 174 DO CTN

17. Como se demonstrou, mesmo instado através dos declaratórios a se manifestar, o r. Acórdão não se pronunciou a respeito da ocorrência da prescrição, sobre a qual deveria o fazer de ofício, a teor dos artigos 493 do atual Código de Processo civil e 174 do Código Tributário Nacional que se pede vênica para transcrevê-los:

(...)

18. Com efeito, a ação tendo sido proposta em dezembro de 2006 para fins de garantia prévia à execução fiscal a ser proposta pela Fazenda Nacional e, como decorrência lógica do desenrolar desse processo, a execução não tendo sido ajuizada durante todo o curso desse processo, que já ultrapassa a dez anos, operou-se a prescrição prevista pelo artigo 174 do CTN.

19. Isso porque, embora a caução prestada em medida cautelar possa ensejar a expedição de certidão de regularidade fiscal (CTN, art. 206), essa providência, por si só, não tem aptidão para suspender a exigibilidade do crédito tributário, a teor do disposto no art. 151 do CTN.

20. Nesse ponto, pede se vênia para transcrever a seguinte ementa de julgado desse Egrégio Superior Tribunal de Justiça assim vazada:

(...)

21. Destaque-se que a ocorrência da PRESCRIÇÃO constitui fato novo que influi diretamente no julgamento da lide e que deve ser reconhecido de ofício pelo Tribunal, a teor do artigo 493 do CPC e Súmula 409 do STJ que prescreve que 'em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício'.

22.0 acórdão não ter examinado explicitamente a questão relativa ao reconhecimento de ofício da prescrição, mesmo após instado a o fazê-lo através dos declaratórios comportou violação ao artigo 493 do atual Código de Processo Civil e ao artigo 174 do Código Tributário Nacional, pois o fisco deveria promover a correspondente ação para a cobrança do crédito tributário no prazo de cinco anos para evitar a prescrição.

III - 2. DA VIOLAÇÃO AOS ARTIGO 489 DO CPC

23. Por seu turno, tendo sido adotado no v. acórdão como seu único fundamento a redação dada ao artigo 273 do Código de Processo Civil revogado, deixando de se pronunciar e considerar a superveniência do novo Código de Processo Civil editado em 2015, importou em violação ao §1º do artigo 489 do atual Código de Processo Civil que prevê a necessidade de fundamentação das decisões.

24. Com efeito, no voto condutor às fls. 267 dos autos está consignado que:

(...)

25. Entretanto, o novel Código de Processo Civil, editado através da Lei nº 13.105/2015 e já em vigor quando da 'Notação do v. acórdão, sequer foi aventado, sendo certo que, ao entrar em vigor, suas disposições devem se aplicar desde logo aos processos pendentes.

26. Neste sentido cabe destacar que, com a superveniência do novo Código de Processo Civil, apesar da extinção do processo cautelar autônomo, o PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE prevista pelo seu artigo 305 não subtrai a base jurídica para a 'Ação Cautelar de Caução Prévia à Execução Fiscal', como no caso dos autos, mas ao reverso, a renova.

(...)

27.0 novo CPC disciplina, em seu Livro V (artigo 294 e seguintes), a

Tutela Provisória, como gênero de que são espécies a tutela provisória de urgência (artigos 300 a 310) e a tutela provisória de evidência (artigo 311).

28. Em relação às tutelas de urgência, o Código adotou uma nova subdivisão, introduzindo as chamadas 'tutelas provisórias de urgência antecipada e tutelas provisórias de urgência cautelar, que podem ser requeridas em caráter antecedente ou incidental.

29. Desta forma, o r. acórdão deixando de se pronunciar e considerar a superveniência do novo Código de Processo Civil editado em 2015, importou em violação ao §1º do artigo 489 do atual Código de Processo Civil que prevê a necessidade de fundamentação das decisões.

30. Destaque-se ainda que, 'no caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão' (CPC, art. 489, §2º).

31. Não menos importante, conforme se verifica pelas razões contidas no r. acórdão e mesmo provocado pelos declaratórios, não se examinou explicitamente a questão relativa à jurisprudência pacífica quanto ao cabimento da medida cautelar de caução prévia à execução fiscal e também não foi demonstrada a superação dessa pacífica jurisprudência, considerando a interpretação jurisprudencial em casos análogos aos dos autos o que, em tese, poderia infirmar a conclusão do julgado.

32. Embora o r. acórdão tenha se apoiado na interpretação de que, diante do instituto da antecipação da tutela inserido no artigo 273 do Código Civil revogado, teria perdido sentido a admissão da medida cautelar inominada, cabe apontar que o cabimento da presente medida cautelar encontra guarida em pacífica construção jurisprudencial, como argumentado na apelação.

33. Com efeito, a apelação interposta pela ora Recorrente invoca no tópico específico 'do cabimento da medida cautelar' a construção jurisprudencial no âmbito do Superior Tribunal de Justiça que ampara o pedido, contudo, o r. acórdão não demonstra a superação do entendimento jurisprudencial citado.

34. Ressalte-se por oportuno que esta questão de direito já foi inclusive objeto de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça no âmbito dos recursos repetitivos por meio do acórdão proferido no Resp 1.123.669/RS (DJe: 01/02/2010).

35. Ademais, não se tratou nos declaratórios de requerer 'respostas a questionário formulado pela parte', mas sim de examinar questão oportunamente levantada pela ora Recorrente.

36. Como aponta com proficiência Theotonio Negrão e José Roberto F. Gouvêa em suas anotações ao artigo 535 do antigo CPC2 O exame

exauriente de um aspecto da causa que dê sustento ao dispositivo nem sempre será suficiente para completeza da motivação. Afinal, podem existir outros aspectos influentes na solução da controvérsia. Por isso, toda vez que o julgador houver deixado de enfrentar argumentos autonomamente suficientes para o acolhimento de pretensão deduzida em juízo, ele deverá apreciá-los quando provocado por meio de embargos de declaração. Tal apreciação ganha ainda mais relevo quando se tratar de argumentos apresentados pela parte vencida no julgamento.

37.No âmbito no novo CPC, o artigo 489 estabelece o dever de fundamentação de qualquer decisão judicial, expressamente reputando-a não fundamentada quando, entre outras situações, 'não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador', bem como 'deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação no entendimento'.

38.O acórdão, portanto, importou em ofensa ao citado artigo 489 do CPC.

III-3. DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.

39. O entendimento de que 'é inadequada a utilização de medida cautelar inominada para garantia à satisfação do crédito até ajuizamento execução fiscal', comporta dissídio jurisprudencial em face das reiteradas decisões deste Egrégio Superior Tribunal de Justiça que entende pela 'possibilidade e adequação da ação cautelar para assegurar a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa, após o vencimento da sua obrigação e antes da execução, garantir o juízo de forma antecipada'

40. Embora notória, para demonstrar a divergência jurisprudencial ensejadora do presente recurso, pede-se vênua para repetir transcrição da ementa do acórdão que se recorre:

(...)

41.Para comprovação do dissídio e no sentido defendido pela ora Recorrente, que referenda a prática processual adotada traz-se à colação ementa do REsp nº 1.123.669/RS, submetido ao rito do artigo 543-C do CPC/73, por meio do qual esse Egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou definitivamente o entendimento pela possibilidade de propor ação cautelar autônoma (sob a perspectiva do contribuinte) para assegurar a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

(...)

42.Cumpre apontar que referida ementa é similar a muitas outras proferidas pelas colendas Primeira e Segunda Turmas do Superior Tribunal de Justiça que têm adotado como parâmetro o entendimento sufragado pela Egrégia Primeira Seção, o que revela tratar-se de

divergência interpretativa notória.

43. Conforme pode ser observado do cotejo analítico dos julgados no que se refere à adequação ou não da cautelar inominada para garantir a satisfação do crédito até o ajuizamento da execução fiscal. (...)

44. Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido do cabimento da medida cautelar para apresentação antecipada da garantia de débito tributário, como no caso dos autos.

45. Outrossim, como já apontado, a superveniência do novo Código de Processo Civil, apesar da extinção do processo cautelar autônomo, renova o substrato jurídico para o cabimento de ação cautelar para caução prévia à Execução Fiscal, como no caso dos autos, ao instituir o 'procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente' pelo seu artigo 305" (fls. 311/326e).

Ao final, "demonstrada a violação aos dispositivos infraconstitucionais, notadamente artigo 1022, incisos I e II do atual CPC, artigos 489 e 493 do mesmo atual CPC e ao artigo 174 do Código Tributário Nacional, bem como notório dissídio jurisprudencial em face de diversos julgados desse Egrégio Superior Tribunal de Justiça, cabe ao Egrégio Tribunal restabelecer as regras de Direito, dando provimento ao presente Recurso, determinando a reforma do v. acórdão recorrido, reconhecendo o direito da ora Recorrente" (fl. 326e).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 332/335e), foi admitido o Recurso Especial (fls. 337/339e).

O recurso provimento, especificamente em relação à alegação de violação aos arts. 1.022 e 489 do CPC/2015.

Na origem, "trata-se de medida cautelar inominada, por meio da qual a requerente pleiteia tutela jurisdicional que admita o depósito em dinheiro, como garantia à satisfação de crédito tributário (NFLDs 35.331.170-7 e 35.331.171-5), até o ajuizamento de execução fiscal bem como lhe assegure a expedição de CND. Proferida sentença julgando extinto o feito, sem resolução do mérito, por inadequação da via eleita, apelou o requerente" (fl. 281e).

O Tribunal regional negou provimento à Apelação, consoante os seguintes fundamentos:

"A sentença recorrida é de ser mantida.

Anoto, inicialmente, que as medidas cautelares, introduzidas no sistema processual moderno para amparar situações em que a passagem do tempo necessário ao processamento de feitos pelo rito ordinário tornava inócua a decisão final proferida, tinham originariamente a característica instrumental, assim entendida a demanda que visava exclusivamente a resguardar a exequibilidade da

sentença.

A jurisprudência pátria, contudo, acabou por abrandar o rigor técnico, admitindo as chamadas cautelares satisfativas que não resguardavam o objeto da demanda, porém antecipava os efeitos da própria decisão final.

O legislador, em boa hora introduziu modificação no Código de Processo Civil de 1973, conferindo ao artigo 273 a seguinte redação:

(...)

Diante do instituto da antecipação da tutela, perdeu sentido a admissão da medida cautelar inominada que conferia ao juiz, nos termos da jurisprudência dominante, a possibilidade de conceder às partes a tutela aqui pretendida.

Com efeito, diante dos princípios que norteiam o moderno processo civil, não tem sentido a utilização de uma medida processual 'autônoma', com todas as implicações inerentes ao seu processamento, exclusivamente para a obtenção de um provimento que pode ser deferido em mero pedido destacado na própria ação de conhecimento.

A pretensão de antecipar os efeitos práticos da decisão a ser proferida na demanda de conhecimento não constitui, assim, uma medida instrumental, cautelar, a ser requerida em processo próprio. Pode e deve o requerimento ser formulado nos autos da ação 'principal'.

Sob tal prisma, qual seja, da completa desnecessidade da promoção de ação cautelar, tem-se por ausente uma das condições da ação, o interesse processual que aqui, conforme posicionamento pacífico da doutrina, há de se reportar sempre à utilidade e à necessidade da medida requerida" (fls. 281/282e).

Contra esse acórdão, a recorrente opôs Embargos de Declaração, sustentando o seguinte:

"6. A Apelante - ora embargante ajuizou a medida cautelar em 19/12/2006 com o intuito antecipar mediante depósito em juízo a garantia da satisfação de crédito tributário (Notificações NFLD's nºs 35.331.170-7 e 35.331.171-5) até o ajuizamento de execução fiscal e, em consequência, obter a expedição e renovação periódica de certidão de regularidade fiscal.

7. Face a sentença que julgou extinto o processo sem apreciação do mérito, a Apelante - Embargante manejou apelação que foi interposta em 13/08/2007 que, no entanto, em decisão publicada em 16/08/2017, foi negada por esta Egrégia Quinta Turma do Tribunal Regional da 1ª Região.

8. Ao não acolher o apelo da ora Embargante, o V. Acórdão que ora se embarga, restou assim ementado:

(...)

II. 1. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. DEVER DE PRONUNCIAMENTO DE OFÍCIO. OMISSÃO.

9. Como se percebe, o r. Acórdão não se pronunciou a respeito da ocorrência da prescrição, sobre a qual deveria se pronunciar de ofício, a teor dos artigos 493 do atual Código de Processo civil e 174 do Código Tributário Nacional.

10. Com efeito, como decorrem dos fatos provados nos autos, a ação tendo sido proposta em dezembro de 2006 para fins de garantir execução fiscal a ser proposta pela Fazenda Nacional e esta não tendo sido ajuizada durante todo o curso desse processo, que já ultrapassa a dez anos, operou-se a prescrição prevista pelo artigo 174 do CTN.

11. Isso porque, embora a caução prestada em medida cautelar possa ensejar a expedição de certidão de regularidade fiscal (CTN, art. 206), essa providência, por si só, não tem aptidão para suspender a exigibilidade do crédito tributário, a teor do disposto no art. 151, II, do CTN.

12. Nesse ponto, pede-se vênua para transcrever a seguinte ementa de julgado do Egrégio Superior Tribunal de Justiça assim vazada:

(...)

13. Destaque-se que a ocorrência da PRESCRIÇÃO se constitui em fato novo que influi diretamente no julgamento da lide e que deve ser reconhecido de ofício pelo Tribunal, a teor do artigo 493 do CPC e Súmula 409 do STJ.

14. Neste sentido, deve a omissão sobre esse ponto ser suprida.

II. 2. SUPERVENIÊNCIA DO ATUAL CPC. OMISSÃO.

15. Ademais, nos termos do voto condutor do Acórdão, é adotada como seu único fundamento a redação dada ao artigo 273 do Código de Processo Civil revogado, deixando de considerar a superveniência do novo Código de Processo Civil editado em 2015.

16. Com efeito, no voto condutor às fls. 267 dos autos está consignado que:

(...)

17. Entretanto, o novel Código de Processo Civil, editado através da Lei nº 13.105/2015 e já em vigor quando da prolação do v. acórdão, sequer foi aventado, sendo certo que, ao entrar em vigor, suas disposições devem se aplicar desde logo aos processos pendentes.

18. Destaque-se ainda que, 'no caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão' (CPC, art. 489, §2º).

19. Neste sentido, deve também essa omissão ser suprida.

II. 3. NÃO APRECIÇÃO DE TODOS OS ARGUMENTOS E

NÃO DEMONSTRAÇÃO DE SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES

20. Não menos importante, conforme se verifica pelas razões contidas na r. decisão, NÃO SE EXAMINOU EXPLICITAMENTE A QUESTÃO RELATIVA À JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA QUANTO AO CABIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR E TAMBÉM NÃO FOI DEMONSTRADA A SUPERAÇÃO DESSA PACÍFICA JURISPRUDÊNCIA, considerando a interpretação jurisprudencial em casos análogos aos dos autos o que, em tese, poderia infirmar a conclusão do julgado.

21. Embora o r. acórdão embargado tenha se apoiado na interpretação de que, diante do instituto da antecipação da tutela inserido no artigo 273 do Código Civil revogado, teria perdido sentido a admissão da medida cautelar inominada, cabe apontar que o cabimento da presente medida cautelar encontra guarida em pacífica construção jurisprudencial, como argumentado na apelação.

22. Com efeito, a apelação interposta pela Apelante - Embargante invoca no tópico específico 'do cabimento da medida cautelar' a construção jurisprudencial no âmbito do Superior Tribunal de Justiça que ampara o pedido, contudo, o r. acórdão não demonstra a superação do entendimento jurisprudencial citado.

23. Ressalte-se por oportuno que esta questão de direito já foi inclusive objeto de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça no âmbito dos recursos repetitivos por meio do acórdão proferido no Resp 1.123.669/RS (DJe: 01/02/2010).

24. Ademais, não se trata de requerer 'respostas a questionário formulado pela parte', mas sim de examinar questão oportunamente levantada pela ora embargante.

(...)

26. No âmbito do novo CPC, o artigo 489 estabelece o dever de fundamentação de qualquer decisão judicial, expressamente reputando-a não fundamentada quando, entre outras situações, 'não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador', bem como 'deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação no entendimento' (fls. 291/297e).

No entanto, os Embargos de Declaração foram rejeitados, sem que tais questões fossem efetivamente apreciadas, **in verbis**:

"Não assiste razão à embargante.

Os embargos de declaração têm por finalidade sanar obscuridade, contradição ou omissão no dispositivo da sentença ou acórdão, não sendo cabível a utilização do recurso para modificar o julgado.

Tendo o juiz encontrado motivação suficiente para embasar sua decisão, desnecessário se faz o pronunciamento sobre todas as questões arguidas pelas partes, não havendo que se falar em omissão, obscuridade ou contradição.

Dessa forma, não ocorreu vício algum, pretendendo a embargante, claramente, a reforma do julgado, o que somente poderá ser pleiteado na via adequada.

Por fim, mesmo os embargos para fins de prequestionamento têm como pressuposto de admissibilidade a demonstração da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, não se fazendo necessária, para interposição de recursos aos Tribunais Superiores, alusão expressa a todos os dispositivos legais mencionados pelas partes, sendo suficiente, tão-somente, que a matéria debatida seja totalmente ventilada no acórdão.

Por esses fundamentos, rejeito os embargos de declaração opostos pela parte autora" (fls. 304/305e).

Assim, não tendo o Tribunal de origem emitido juízo de valor sobre os pontos, tem razão a recorrente, quando alega a existência de omissão no acórdão impugnado, tendo em vista que as questões sobre as quais a Corte de origem não se pronunciou são relevantes, em tese, e têm o condão, caso sejam procedentes, de alterar o julgamento, e, por conseguinte, a solução inicialmente dada à controvérsia.

Destarte, resta configurada a violação aos arts. 1.022, II, e 489, do CPC/2015 e, assim, a negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.421.705/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/02/2014; REsp 900.238/BA, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 07/05/2007; REsp 1.512.047/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2015.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, para anular o acórdão referente aos Embargos de Declaração, a fim de que o Tribunal de origem se pronuncie, de maneira motivada, com a análise das alegações da recorrente, restando prejudicadas as demais questões.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora